

**BORIS FAUSTO:
A CONSTRUÇÃO DE UMA VERSÃO REPUBLICANA DA HISTÓRIA DO
BRASIL A PARTIR DO DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA PAULISTA**

Fabiane Costa Oliveira
(IFG/UnB; Mestre em História; e-mail: fabianecosta@yahoo.com.br)

Resumo: O presente ensaio pautar-se-á pela apresentação do objeto que compõe a pesquisa de doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado, desde março de 2011. Qual seja? A produção historiográfica de Boris Fausto, empreendida ao longo dos anos de 1960 e 1970. O interesse nessa produção específica reside no fato da mesma ter sido construída a partir de um estreito diálogo com a sociologia paulista. No período recortado para essa investigação, observou-se que o campo das ciências sociais buscou propor modelos explicativos para a realidade sócio-política do Brasil contemporâneo. Dentre os temas enfrentados pela sociologia, põe-se em destaque a delimitação do conceito populismo, o qual, por muitas vezes, foi tomado como referencial explicativo dos fenômenos políticos brasileiros. Posto isto, assume-se como hipótese que o debate sociológico paulista em torno do conceito populismo fundamentou a construção da versão republicana faustiana da história do Brasil. Aí reside, portanto, o interesse em perscrutar a relação entre a produção historiográfica faustiana e a sociologia paulista.

Palavras chave: Boris Fausto; populismo; historiografia

A produção historiográfica faustiana: a construção de um objeto de pesquisa

A pesquisa de doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado, propõe um debate que se assenta na interrelação entre dois lócus da pesquisa histórica: o da história do conceito e o da historiografia. A promoção dessa interrelação dar-se-á por intermédio da investigação da versão republicana da história do Brasil construída por Boris Fausto, relacionando-a ao processo de emergência e consolidação da concepção sociológica paulista do fenômeno populismo, ao longo dos anos de 1960 e 1970. Nesse sentido, pretende-se estabelecer um diálogo profícuo entre dois subcampos integrantes do campo científico: as ciências sociais e a história. O diálogo em questão torna-se imprescindível na medida em que se toma a interdisciplinaridade, buscada pelo campo da história na sociologia, como fundamental para tecer as primeiras análises em torno de temáticas do período republicano.

As primeiras incursões pelos temas relacionados ao período republicano impuseram, aos historiadores, em especial, dois desafios. Primeiro, superar as críticas em torno das pesquisas circunscritas à chamada história do tempo presente, rompendo, portanto, com uma tradição historiográfica que via com desconfiança a aproximação do tempo do historiador com o tempo de seu tema de pesquisa. De acordo com Carlos Fico e Ronald Polito, “até 1973, a análise temática das teses de doutoramento da Universidade de São Paulo indicava que o período colonial era o mais abordado, com mais de 40% das pesquisas” (1996, p. 198). Ao período colonial, seguia-se o interesse dos historiadores pelo Império, não sendo matéria preferencial de suas escolhas a pesquisa do período republicano. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes,

É apenas no início dos anos de 1970 que trabalhos sobre a República surgem em maior número, havendo, até então, uma clara dominância de textos sobre a Colônia e o Império. Contudo, a despeito do florescimento dessa produção, trata-se de período sobre o qual ainda pairam desconfianças no interior do próprio campo da História, ainda marcado por uma tradição de “distanciamento cronológico” (e não metodológico) dos fatos estudados. (GOMES, 2008, p. 13).

O segundo desafio foi o de encontrar interlocutores no campo da história. Isto ocorria não só porque os historiadores buscavam, em demasia, temáticas ligadas ao período colonial e imperial, mas também pelo fato da inexistência de um projeto acadêmico consistente que impulsionasse, no espaço das universidades, a pesquisa histórica. Os cursos de pós-graduação em história, semelhantes à estrutura que hoje conhecemos, só começaram a ser organizados a partir de 1971 (FICO; POLITO, 1996). Deste modo, até o final da década de 1970, as ciências sociais reinaram, quase que absoluta no campo científico, no tratamento de temáticas próprias à república. Nesse sentido, os historiadores que se aventuravam pela investigação de temáticas republicanas encontravam dois campos de interlocução: o das ciências sociais e o da memória. Quanto a este último, faz-se referência aos trabalhos realizados pelos observadores do próprio evento que tomam como desafio para análise e que, por isto, de modo geral, eram vistos com certa desconfiança pelos historiadores do período. E, assim, na incessante busca de afastar-se do tom memorialístico, os historiadores republicanos aproximavam-se dos cientistas sociais. Boris Fausto não renunciou à dinâmica própria desse processo. Segundo Ângela de Castro Gomes (2008), *A Revolução de 1930*

deixou marcas precisas desse diálogo interdisciplinar que pode ser evidenciado no referencial teórico, no vocabulário utilizado, bem como na interlocução com a bibliografia.

Publicada pela primeira vez em 1970, a obra *A Revolução de 1930* foi escrita no final dos anos de 1960, portanto, em momento de predominância das ciências sociais no tratamento de temáticas do período republicano. Boris Fausto assumiu o desafio de tomar como objeto a revolução de 1930 quando da efervescência do debate sociológico fundado no fenômeno populismo. Este debate pode ser acompanhado a partir da leitura dos trabalhos desenvolvidos por Francisco Weffort, Octávio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues. São de responsabilidade destes cientistas sociais os primeiros estudos mais sistemáticos produzidos pela escola paulista do tema do populismo (MAIA, 2002), o qual foi tratado, sobretudo por Francisco Weffort, a partir de uma contraposição às análises empreendidas pela sociologia carioca, representada pelos ibespianos/isebianos. Ao buscar interlocução com o campo das ciências sociais, Boris Fausto não ficou alheio aos resultados do debate aqui anunciado. A leitura de *A Revolução de 1930* deixa evidente a escolha de seu autor pelas premissas anunciadas por Weffort acerca do conceito de Estado de compromisso, que é também entendido como um Estado de massas. Sobre este conceito, Ângela de Castro Gomes propõe a seguinte reflexão:

[...] a idéia de compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e suas potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. (1996, p. 33).

Eis aqui os dois princípios do populismo da política brasileira, segundo a defesa de Weffort: estilo de governo e política de massa. O populismo é percebido nas análises deste cientista social como um produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da revolução de 1930, tendo o seu colapso vinculado ao golpe de 1964. Deste modo, o fenômeno populismo passa a ser tomado como uma noção explicativa da política brasileira de 1930 a 1964, associado ao processo de

industrialização substitutiva de importações e às particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A revisão do conceito populismo foi e é acompanhada da revisitação da história política brasileira. Se, por um lado, entende-se que a obra *A Revolução de 1930* deve ser entendida como parte dessa revisitação, por outro lado, defende-se que a revisão de 1930, empreendida por Boris Fausto, apresentou como premente a retomada investigativa não apenas do debate historiográfico concernente ao período que se seguiu à revolução, como também ao período anterior a este evento. Por esta razão, o interesse em torno desta obra de Boris Fausto vai para além do registro interdisciplinar. Assenta-se na perspectiva de que a mesma sedimenta no campo da investigação histórica uma versão republicana da história do Brasil construída, inicialmente, pela tradição sociológica paulista, articulada em torno da revisão do conceito ibespiano do populismo.

Diante do exposto, propõe-se como objeto preferencial de análise a produção intelectual de Boris Fausto, relacionada à história política. Nesse sentido, emerge como obras importantes para este estudo, para além da obra *A Revolução de 1930*, os números integrantes do volume de História da República, da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, organizados sob sua responsabilidade. A estes trabalhos, serão incorporados os textos deste autor publicado no CEBRAP. Não se faz propósito deste trabalho tomar como fonte a produção intelectual de Boris Fausto posterior à revisão das teses de Francisco Weffort, ocorrida a partir de 1980. Se assim fosse, afastar-se-ia do objeto primeiro deste trabalho, qual seja: a investigação da versão republicana da história do Brasil fundada nas perspectivas analíticas da tradição sociológica paulista dos anos de 1960 e 1970.

Por que Boris Fausto?

A produção de Boris Fausto marcou, e ainda marca, o pensamento de uma geração de pesquisadores da história da república brasileira. Consagrado como historiador republicano, este pesquisador perscrutou temáticas diversas. Para além da revolução de 1930, a produção faustiana tomou como objeto de suas análises o movimento operário, a história social do

crime e da punição, a imigração, o pensamento nacionalista autoritário. A trajetória de sua produção intelectual aponta, de imediato, para um perfil marcadamente suscetível à proposição de novas temáticas, novas abordagens, novos referenciais metodológicos. Suas obras mais recentes vão desde o trato com a micro-história, do qual *O Crime do Restaurante Chinês* (2009) tornou-se representativo de suas incursões neste gênero histórico, à análise construída em torno de um personagem. Para esta última, cita-se o livro *Getúlio Vargas* (2006), escrito pelo autor para compor a coleção *Perfis Brasileiros*, da editora Companhia das Letras. Colocam-se, também, em destaque suas obras de abordagem didática dos temas clássicos que compõem a história do Brasil do período da Colônia à República. Para este caso, citam-se: *História do Brasil* (1994) e *História concisa do Brasil* (2001).

Diante de uma produção intelectual como esta, chama a atenção o fato do pouco interesse dos historiadores em tomá-la como objeto de pesquisa. Uma primeira consulta bibliográfica, indicou, até o presente momento, apenas a publicação de uma obra que evidenciasse como tema central a produção faustiana. Refere-se aqui à obra organizada por Ângela de Castro Gomes, intitulada *Leituras críticas sobre Boris Fausto* (2008). Também merece referência o artigo de Noé Freire Sandes, *1930: entre memória e história* (2003), que, ao se propor analisar a produção historiográfica sobre 1930, colocou em diálogo dois livros clássicos: *A Revolução de 1930*, de Boris Fausto, e *A verdade sobre a Revolução de 24 de outubro*, de Barbosa Lima Sobrinho.

A escolha como objeto de parte da produção intelectual de Boris Fausto justifica-se não pela sua ainda parca investigação, mas por sua importância no que concerne à construção de uma versão republicana da história do Brasil, que consolidou interpretações, e, para alguns, sentido de verdade, deste período. Obras deste historiador, como *A Revolução de 1930*, ainda que considerada datada por historiadores que reviram o conceito de Estado de compromisso, são tidas como ponto de partida para muitas das reflexões de uma geração de historiadores que toma como problemática o tempo republicano. Deste modo, seja para reafirmar, seja para criticar, negando, assim, suas teses, a produção intelectual de Boris Fausto continua

sendo referência obrigatória de pesquisadores de temáticas do período da república brasileira.

No que concerne a vinculação aqui proposta entre produção faustiana e teoria do populismo, este trabalho toma-a como fundamental para a investigação da versão republicana construída e sedimentada por Boris Fausto, a partir de seu livro *A Revolução de 1930*. Segundo Alberto Aggio (2003), o conceito do populismo foi construído historicamente para expressar processos que resultaram da superação dos regimes oligárquicos, operados, no caso do Brasil, por uma recomposição da ordem político-social, iniciada a partir da revolução de 1930, que visou à renovação e atualização das estruturas de dominação precedentes. Nesse sentido, a noção de populismo, como teoria explicativa, surgiria associada, na América Latina, ao processo modernizador, que teve, a partir da década de 1930, a sua mais expressiva onda modernizadora. Esta evidenciada pelo impulso à industrialização e à urbanização, assim como pelo alargamento da esfera dos direitos para os setores subalternos da sociedade – os trabalhadores urbanos. Entende-se que a historiografia do período de 1930 a 1964, ao selecionar suas problemáticas, não a faz alijada da questão ligada ao processo modernizador, ainda que questione a associação deste com o conceito clássico de populismo, fundado pela tradição sociológica paulista. Para sustentar esta hipótese, cita-se o interesse dos historiadores pelos estudos relacionados à história dos trabalhadores no Brasil entre as décadas de 1930 e 1964. Deste modo, propor um estudo acerca da versão republicana na historiografia brasileira impõe a lida com esses debates históricos. Daí a justificativa em vincular a produção faustiana e a história do conceito populismo.

Populismo: um conceito em debate e em disputa no campo das ciências sociais

No Brasil, a partir dos anos de 1950, o fenômeno populismo tornou-se matéria de reflexão nas ciências sociais. Como categoria explicativa, este fenômeno ora assumiu a forma de estilo de governo, ora de política de massa, ora de regime político. Seja como for, um elemento mostrou-se presente em todas essas formulações: a capacidade inquestionável do carisma de certas lideranças de promoverem a mobilização de massas populares. Por ser o

fenômeno populismo complexo e de difícil qualificação político e ideológico, os estudiosos do mesmo estabeleceram um tratamento histórico para examiná-lo. Enquanto conceito, o populismo foi construído historicamente para expressar processos que resultaram da superação dos regimes oligárquicos (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 70). Nesse sentido, o fenômeno em questão tornou-se uma noção explicativa da política brasileira de 1930 a 1964. Nas palavras de Jorge Ferreira (2001, p. 7), “1930 seria o início do ‘populismo na política brasileira’; 1945 marcaria rearranjos institucionais que teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática; 1964, finalmente, significaria o seu colapso.”

O interesse pelo populismo não se limitou ao meio acadêmico. O mesmo fez-se presente na imprensa, nos pronunciamentos dos chamados políticos profissionais, na fala cotidiana da população. Pode-se, com isto, afirmar que muitos, dentro e fora da universidade, arrogaram-se o direito de atribuir sentido a expressão populismo. Este sentido assumiu de imediato uma imagem desmerecedora e negativa de um tipo particular de conduta política, associada a personagens políticos mentirosos e enganadores, que, em período eleitoral, prometeriam tudo e nada cumpririam. Em decorrência desta imagem, não é raro nos depararmos, no campo político, com discursos que visam produzir associações entre o adversário político e a prática populista como mecanismo deslegitimador da força política de seu oponente. Contudo, o uso dessas associações não se restringe ao espaço da política ordinária. A imprensa também (ab)usa desta associação com o objetivo de promover a desqualificação da conduta política do personagem, dirimindo, assim, seu potencial mobilizador. Diante do exposto, quer-se por em destaque o fato de que, mesmo com as mudanças de caráter teórico relacionadas ao populismo, este fenômeno, ao longo do tempo, assumiu, em nossa cultura política, a caracterização do “mal”.

No concernente ao interesse em torno da história desse conceito, pode-se avaliar que estudos desse tipo apenas começaram a ser elaborados muito recentemente. O primeiro a enfrentar esse desafio foi Rubem Barbosa Filho, tendo seu trabalho de mestrado finalizado em 1980 com o título *O populismo: um balanço teórico*. Ele analisou as raízes teóricas do conceito populismo a partir da teoria das sociedades de massa – indivíduos atomizados,

desprovidos de virtude cívica. Ao propor a vinculação em questão, Barbosa Filho objetivava elucidar os limites para a realização da democracia liberal na América Latina. Depois deste autor, a partir dos anos de 1990, vimos emergir, no interior do debate historiográfico, trabalhos que buscaram enfrentar o desafio de trazer ao debate a história do conceito populismo nas ciências sociais no Brasil. Dentre esses, citam-se: Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil* (1996); o texto de Jorge Ferreira, intitulado *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira* (2001); a dissertação de João Marcelo Ehlert Maia, defendida em 2001, com o título *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Esses trabalhos suscitaram interesse na medida em que apontaram nas ciências sociais duas dimensões explicativas do conceito populismo: uma de raiz carioca e outra de raiz paulista. A divisão regional das primeiras formulações conceituais do populismo foi construída com base nos trabalhos publicados pelos intelectuais integrantes do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que integrarão, posteriormente, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e pelos acadêmicos ligados a USP (Universidade de São Paulo), ao longo das décadas de 1950 a 1960. Cabe ressaltar que, embora essa divisão regional seja apontada nos três trabalhos ora citados, os autores concentraram-se apenas no delineamento da trajetória do conceito populismo nas perspectivas carioca e paulista, pois, tinham por objetivo central demarcar suas diferenças.

Para a análise que se pretende executar por intermédio desta proposta de pesquisa, a divisão regional das primeiras formulações do conceito populismo insurgi como indício da disputa entre ibespianos e uspianos pela hegemonia na condução do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Entende-se que o que está em jogo é mais do que a definição de um conceito *stricto sensu*. Um conceito não se constrói desvincilhado da busca do intelectual por reconhecimento de seus pares da relevância de suas reflexões, como também por interlocução. Nesse sentido, o processo de elaboração de um conceito associa-se a uma prática e a um projeto, ambos científicos, que caracterizam um dado grupo de intelectuais. Assim sendo, ao investigar o conceito populismo elaborado pelos intelectuais do IBESP e pelos da USP, colocar-se-á em evidência a tradição sociológica correspondente a cada um desses grupos. De imediato, assume-se que a tradição sociológica

carioca caracterizou-se por sua “disposição para se associar à direção dos negócios públicos” (PÉCAULT, 1990, p. 109), isto é, do Estado, enquanto que a tradição paulista se fez pelo compromisso com a vinculação acadêmica. A constituição de tradições tão contrastantes nas ciências sociais no Brasil pode ser, em parte, elucidada a partir dos processos de criação do IBESP e da USP.

A USP foi criada em 1934, por Armando de Salles Oliveira. De acordo com Motoyama, a criação dessa instituição de ensino concretizou o ideal de um grupo de intelectuais paulistas que girava em torno de Júlio de Mesquita Filho, Fernando Azevedo e Paulo Duarte:

De certo modo, a USP nascia sob signo da contradição. Enquanto o país marchava celeremente sob uma ideologia centralizadora e autoritária, [...] essa Universidade surgia sob a égide da ideologia liberal da Comunhão Paulista, vendo na pesquisa desinteressada e no ensino superior de qualidade instrumentos úteis para a formação de sua futura elite dirigente. Ela significava uma opção da elite de São Paulo, depois de sua derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, apostando na ciência e na cultura como meios da sua redenção, inclusive, política. (MOTOYAMA, 1984, p. 11).

Os argumentos de Motoyama indicam que a criação da USP se deu em um ambiente tomado pela oposição paulista à consolidação do poder de Getúlio Vargas. Nesse sentido, essa instituição educacional de ensino superior não apenas atendeu aos interesses de uma intelectualidade paulista, como também de uma elite alijada do domínio político federal após a revolução de 1930. Com base no exposto, pode-se afirmar que a USP, enquanto formadora de opinião e espaço preferencial de produção científica em São Paulo, foi projetada para afirmar-se de modo autônomo em relação ao projeto educacional instituído pelo governo varguista.

Em 1947, foi criado o Departamento de Sociologia e Antropologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP. Esta instituição de ensino teve como seus principais mestres professores europeus, e, no caso específico das ciências sociais, franceses. Essa formação européia da USP não se deu de forma exclusiva, pelo contrário, acompanhou a tendência geral da intelectualidade brasileira da época. Contemporâneo ao processo de formação predominantemente européia, Florestan Fernandes, principal mentor do departamento de Sociologia e Antropologia da USP, buscou imprimir um novo estilo de produção intelectual. Esse novo estilo consistia em romper com

o antigo ensaísmo. Para tal, defendia a utilização de marcos conceituais ligados aos grandes clássicos do pensamento sociológico de modo a viabilizar propostas de estudos específicos em substituição às grandes interpretações da realidade nacional. Essa nova experiência uspiana foi paulatinamente afirmando o teor “academicista” das pesquisas empreendidas por essa instituição.

Na contracorrente desse movimento das ciências sociais de valorização dos estudos monográficos, das pesquisas empíricas em detrimento das interpretações generalizadas, esteve o IBESP. Os primeiros passos de alguns dos intelectuais que organizaram o IBESP foram dados no agrupamento que ficou conhecido como *Grupo de Itatiaia*. O grupo em questão foi idealizado por Helio Jaguaribe, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho, Roland Corbisier e Oscar Lorenzo Fernandes. Eles se aproximaram, por volta de 1949, com o propósito de debaterem temas relativos à cultura brasileira. As sínteses de suas reflexões eram divulgadas pelo suplemento cultural *Quinta Página*, do *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), de responsabilidade editorial de Helio Jaguaribe. Durante os encontros promovidos para a formulação dos textos a serem publicados na imprensa jornalística, esse grupo acabou por reivindicar para si uma atuação mais expressiva na sociedade.

Dizendo-se inconformados com a realidade brasileira, esses cientistas sociais decidiram-se por incitar alguns conhecidos e amigos a formar um grupo de estudos que se proporia a discutir os problemas de sua época. A discussão dos eventuais problemas nacionais tinha por desígnio a formulação de propostas públicas tidas como adequadas à ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento em que consideravam estar o país. Assim, em agosto de 1952, surgiu o *Grupo de Itatiaia*, constituído por intelectuais cariocas e paulistas. Eles passaram a se reunir todo último final de semana de cada mês no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, valendo-se de auditório e acomodações cedidos pelo Ministério da Agricultura. Como acentuou Ângela de Castro Gomes (1996), na década de 1950, ainda era muito recente o interesse dos cientistas sociais em construir análises sobre a estrutura do poder nacional. Simbolicamente, como ponto de partida desse processo, a autora assinalou as reuniões periódicas promovidas pelo grupo em questão.

Após alguns encontros, os integrantes do *Grupo de Itatiaia* começaram a vislumbrar o caminho da institucionalização, deixando de lado a informalidade com que seus trabalhos eram executados. O plano da institucionalização foi posto em execução a partir do empenho quase que exclusivo dos intelectuais cariocas. Pois, divergências internas a esse grupo, provocadas em decorrência de visões de mundo díspares, resultaram na saída da maioria dos paulistas, permanecendo apenas Roland Corbisier. Apontada como pivô da diluição do *Grupo de Itatiaia*, a heterogeneidade de opiniões e de visões de mundo característica desse grupo se deu pela junção de indivíduos de trajetórias política e intelectual de bases muito diversas. O que unia esses indivíduos era o objetivo comum de se associarem ao Estado na direção dos negócios públicos. Na concepção desses intelectuais, a posição por eles reivindicada de intérpretes da estrutura do poder os preparava para intervir na realidade sócio-político-econômica de seu país. Assim, como fruto direto dessa heterogeneidade nasceu o IBESP.

O ano de 1953 marcou o empenho dos remanescentes do *Grupo de Itatiaia*, sobretudo de Helio Jaguaribe, em transformar o então grupo de estudos em um grupo de intelectuais pautado pela definição de um projeto político próprio. A condição institucional não acarretou, logo de imediato, mudanças substanciais quanto à procedência dos financiamentos de seus trabalhos, os quais eram postos em execução graças à verba pessoal dos membros do Instituto. Por essa razão, intelectuais ligados ao IBESP se viram obrigados a buscar outras alternativas de financiamento, tidas como imprescindíveis à ampliação e à realização de seus projetos. Assim, laços pessoais existentes entre membros desse instituto e Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), favoreceram a consolidação de um convênio entre essas duas instituições, em 1954. A partir desse convênio, o IBESP passou a receber subvenções da CAPES. Essa proposta conquistou novas adesões para o IBESP, entre as quais, cita-se a entrada de Nelson Werneck Sodré nesse instituto em 1955.

De acordo com Simon Schwartzman (s/d), esses intelectuais de formação e trajetórias tão diferenciadas estiveram unidos em torno da defesa de valores comuns, dos quais nomeou: 1) a preocupação com o

subdesenvolvimento brasileiro; 2) a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”; 3) um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país; 4) uma racionalidade maior da gestão pública; 5) maior participação de setores populares na vida política. A defesa desses valores, como o autor assim preferiu chamar, tornou evidente a disposição desses intelectuais em participar de forma efetiva nos negócios do Estado. Motivados por esse fim, os então ibespianos desenvolveram e expuseram esses valores em artigos publicados na revista *Cadernos de Nosso Tempo*. Dentre os muitos temas presentes nesta revista, coloca-se em destaque o debate em torno do populismo que, segundo Ângela de Castro Gomes (1996), pode ser apontado como o primeiro esforço intelectual brasileiro de delimitação conceitual desse fenômeno político de massas.

Com base neste breve tratamento dos processos de criação da USP e do IBESP, já se faz possível observar que, diferentemente daquela primeira, essa última instituição buscou associar-se ao Estado. Sendo que esta associação foi concretizada durante o segundo governo Vargas a partir das subvenções concedidas pela CAPES como apoio financeiro às produções científicas conduzidas pelos ibespianos. Este é mais um aspecto que coloca em lados opostos os grupos geracionais constituídos no universo formativo, de um lado, do *Grupo de Itatiaia* e, de outro, da USP. Segundo Bernardo Sorj, os confrontos entre esses grupos:

[...] não se dava em torno de projetos societários diferentes, mas de estilos de trabalho intelectual: ensaísmo vs. rigor científico, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica, critério de avaliação ética vs. critério de avaliação universal. (SORJ, 2001, p. 25).

As diferenças entre esses estilos de trabalho intelectual apenas importam na medida em que permitem o debate em torno do movimento de denegação, característico do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Termo que Leandro Karnal (2000) emprestou da psicanálise, denegar não é simplesmente negar, recusar ou não aceitar. O referido termo pode também significar desmentir, contradizer. Neste sentido, ao buscarem afirmação como grupo hegemônico, como porta-voz das ciências sociais no Brasil, ibespianos e uspianos seguiram se recusando, se contradizendo. Não foram raras as vezes em que os uspianos se definiram como grupo a partir da

negação dos inespianos, tal qual a um jogo de espelhos, em que a imagem refletida é o se inverso. Como resultado desses embates e debates, no que compete ao conceito populismo, assume-se como hipótese deste trabalho a consolidação da escola paulista de sociologia como voz autorizada no campo de análise das ciências sociais.

As interpretações históricas desse período são construídas, comumente, por intermédio do olhar da tradição sociológica paulista que tem nas obras de Octávio Ianni e Francisco Weffort o pioneirismo do desenvolvimento do conceito populismo. Deste modo, tanto a era Vargas (1930-1945) quanto a chamada república democrática populista (1945-1964) estão imbricadas na chave de leitura produzida pelos uspianos, relegando, assim, ao silenciamento, ou mesmo ao esquecimento, as perspectivas ibespianas de análise sobre o populismo.

Um primeiro contato com a produção faustiana dos anos de 1960 ao início dos anos de 1980, indicou que este historiador constituiu suas análises em diálogo com os cebrapianos, representados em sua grande maioria por intelectuais paulistas ligados ao campo das ciências sociais. O CEBRAP foi criado em maio de 1969. Sob a presidência de Cândido Procópio Ferreira Camargo, o instituto começou a funcionar em uma casa da Rua Bahia, em São Paulo, com o fim expresso de acolher a todos os intelectuais que tivessem sido atingidos pelas medidas repressivas praticadas pelos militares, sobretudo a partir da promulgação do AI-5. Após as cassações que se sucederam em abril de 1969, a constituição desse centro de pesquisa tornou-se a única alternativa profissional viável para muitos intelectuais que, mesmo afetados pelas medidas governamentais, desejavam permanecer em seu país. Para Bernardo Sorj, a viabilização do projeto de criação desse núcleo de pesquisa só foi possível, pois:

No clima de repressão e medo que se vivia no final da década de 60, dois fatos importantes contribuíram para a sobrevivência imediata e consolidação do Cebrap: em primeiro lugar, a ajuda financeira da Fundação Ford, e, em segundo lugar, os vínculos estratégicos que a instituição, através de alguns de seus membros, conseguiu manter com setores mais liberais do empresariado, da classe política, da Igreja e da intelectualidade em geral, sobretudo em São Paulo. (SORJ, 2001, p. 31).

Dentre os vinte e sete fundadores desse instituto, citam-se, além de Cândido Procópio Ferreira Camargo, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, José Artur Giannotti e Octávio Ianni – este último ingressou no CEBRAP apenas em 1970. Esses sete intelectuais integraram o que se chamou no interior desse centro de pesquisa de *núcleo do staff* de pesquisadores *seniores*. A observação do perfil acadêmico desses membros fundadores evidenciou certas características comuns. Primeiro, cinco deles haviam participado do Seminário de Marx; todos, sem exceção, tinham-se formado e/ou exercido atividades docentes na USP. Segundo, existia uma nítida predominância dos formados em sociologia (quatro) sobre os de outras áreas: economia/demografia (um), estatística/demografia (um), filosofia (um). Por último, cabe destacar que todos obtiveram o título de doutor antes de 1967. Deste modo, quando, em 1969, encontraram-se reunidos no CEPRAP com interesses intelectuais claramente definidos, ostentaram, para além de uma experiência profissional, uma produção acadêmica deveras amadurecida. Segundo as observações de Bernardo Sorj:

É importante salientar que a coesão inicial deste grupo se deveu menos à convergência teórica do que a afinidades de natureza geracional e aos vínculos criados no contexto de uma tradição acadêmica específica, vínculos estes que seriam reforçados pelo clima político da época, o qual estimulou o sentimento de solidariedade entre os membros e tendeu a minimizar, pelo menos temporariamente, suas diferenças. (2001, p. 35).

A formação predominantemente uspiana dos integrantes do núcleo central do CEBRAP merece atenção. Por um lado, porque coloca em discussão a opção da elite paulista em apostar na ciência e na cultura como instrumentos úteis à preparação de sua futura elite dirigente. Por outro lado, porque permite trazer para o centro do debate os discursos intelectuais conflitantes que se evidenciaram ao longo do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Nesse sentido, o diálogo que se estabelecerá entre Boris Fausto e CEBRAP visa colocar em discussão o projeto paulista de história do Brasil, proposto pelos intelectuais cebrapiamos e presente na versão republicana faustiana.

Referências Bibliográficas:

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: _____; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 137-164.

_____; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercília Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

FERREIRA, Jorge. Introdução; O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 7-16; p. 59-124.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 189-208.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

KARNAL, Leandro. O Brasil e a América Latina denegada. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 99-110, jul./dez. 2000.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

_____. Esquerda e escola paulista de sociologia: um itinerário sociológico do conceito de populismo no Brasil. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 10, p. 60-83, jul./dez. 2002.

MOTOYAMA, S. Ciências e tecnologia e a história da dependência do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 15, n. 3, 1984.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2004.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre memória e história. *História Revista*, Goiânia, v.8, n.1/2, p. 143-160, jan./dez.2003.

SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: _____. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 3-6.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.